This document was translated from English by machine and may contain mistakes. The English original is at https://www.novaracg.com/2026/08/30/the-procurement-file-is-the-governance-system/.

O Processo de Compras É o Sistema de Governança

Heather Grizzle · August 30, 2026

AI governance becomes real in the procurement file, where an institution records the evidence behind a deployment that affects disabled people.

1. Conteúdo

1. Resumo Executivo
2. A Governança Eventualmente Precisa Alcançar a Transação
3. O Processo de Compras como Instrumento de Responsabilização
4. 1. Uso Pretendido e Uso Proibido
5. 2. Análise da População Afetada
6. 3. O Registro das Alegações do Fornecedor
7. 4. Garantia Independente
8. 5. Falha e Arquitetura de Contingência
9. 6. Limites de Desempenho e Incertezas Conhecidas
10. 7. Registro, Rastreabilidade e Reconstrução
11. 8. Reclamação, Contestabilidade e Reparação
12. 9. Alteração do Modelo e Revalidação
13. 10. Autoridade de Suspensão e Saída
14. Da Política de IA à Evidência Institucional
15. Posição Política da NCG
16. Posição Final

Por Heather Grizzle, Novara Consulting Group

2. Resumo Executivo

A governança de inteligência artificial é cada vez mais expressa por meio de políticas, comitês, princípios, inventários e classificações de risco. Essas estruturas são importantes. Mas quando uma instituição pública efetivamente adquire e implementa um sistema de IA, a governança eventualmente precisa se tornar algo muito menos abstrato. Precisa se tornar um registro.

Someone has to describe what the system is allowed to do. Someone has to decide what evidence is sufficient to support the vendor's claims. Someone has to identify the people who may be harmed when the system fails. Someone has to determine which failures require human intervention, which changes require reevaluation, and which conditions require the system to be suspended. If those decisions are not documented before deployment, an AI governance policy does not cure the omission. The procurement file is where institutional principles become operational commitments.

> **RESUMO RÁPIDO**
>
> Para sistemas de IA que afetam pessoas com deficiência, o processo de compras deve conter evidências suficientes para responder a uma pergunta básica depois que algo dá errado: por que a instituição acreditava razoavelmente que este sistema era apropriado para este uso, com esta população, nestas condições? Se a resposta não puder ser reconstruída a partir do registro, o sistema de governança estava incompleto antes mesmo de o sistema entrar em operação.

---

3. A Governança Eventualmente Precisa Alcançar a Transação

Uma contingência só é uma salvaguarda se a pessoa que dela precisa puder realmente utilizá-la.

Heather Grizzle

Organizations are building increasingly sophisticated AI governance structures. They establish responsible AI principles, create review committees, maintain inventories, and classify systems according to risk. They adopt policies requiring fairness, transparency, accountability, privacy, accessibility, and human oversight. Then procurement begins. A vendor responds to a solicitation. Product demonstrations are scheduled. Accessibility documentation is collected. Security questionnaires are completed. Legal terms are negotiated. Business owners describe the efficiencies they expect. The technology clears the institution's established gates and enters service.

A existência desses portões pode gerar considerável confiança institucional, mas confiança não é o mesmo que uma decisão defensável. A questão crítica de governança não é apenas se o sistema passou pelo processo exigido. É se o registro resultante contém as evidências necessárias para justificar a implementação específica que foi aprovada.

That distinction becomes especially important when AI mediates access for disabled people. A system may summarize information, communicate with patients, evaluate applicants, translate language, generate instructional material, prioritize cases, assist employees, authenticate users, answer questions, or, increasingly, act on behalf of an institution. In each case, accessibility is not simply a characteristic of the interface. It is part of the decision architecture. A disabled person may encounter a system differently from the population on which it was primarily designed, tested, or validated, and an accessibility failure may alter the information that person receives, the choices available to them, their ability to respond, or the institution's interpretation of their behavior. The procurement record therefore needs to establish more than whether accessibility was considered. It needs to establish what was considered, what was tested, what remains unknown, and what the institution decided to do about the uncertainty.

— O PROCESSO DE COMPRAS COMO INSTRUMENTO DE RESPONSABILIZAÇÃO —

4. O Processo de Compras como Instrumento de Responsabilização

Procurement files are often understood primarily as administrative records. For AI, they should increasingly be understood as governance instruments. A mature AI procurement record should allow an independent reviewer to reconstruct the institution's reasoning without

relying on the institutional memory of the people who participated in the purchase. That means the record should answer several questions:

1. O que exatamente o sistema foi comprado para fazer?
2. O que ele foi explicitamente proibido de fazer?
3. Quais populações se esperava que o encontrassem?
4. Que evidências sustentaram as alegações utilizadas na aprovação, e quem produziu essas evidências?
5. Quais limitações eram conhecidas, e quais limitações permaneciam desconhecidas?
6. O que acontecia quando o sistema estava incerto ou errado?
7. Quem detinha autoridade para anulá-lo?
8. Como uma pessoa afetada poderia contestar sua saída?
9. O que levaria a instituição a reconsiderar a implementação?
10. Quem tinha autoridade para interrompê-lo?

Essas não são perguntas para a investigação de incidentes após uma falha. São perguntas de compras.

1. USO PRETENDIDO E USO PROIBIDO

5. 1. Uso Pretendido e Uso Proibido

O primeiro requisito é enganosamente simples: definir o que a instituição está comprando. Sistemas de IA são frequentemente adquiridos por meio de descrições amplas de capacidade. Um sistema pode ser descrito como assistente, tradutor, ferramenta de acessibilidade, sistema de apoio à decisão, chatbot, agente, ferramenta de triagem ou plataforma de produtividade. Esses rótulos são especificações de governança inadequadas. O registro de compras deve identificar a função institucional real.

Uma ferramenta de comunicação usada para ajudar alguém a navegar em um site apresenta um risco diferente da mesma tecnologia usada durante uma triagem médica. Um sistema automatizado de transcrição usado para gerar atas de reunião apresenta um risco diferente de um usado para criar o registro oficial de um processo disciplinar. Um sistema de reconhecimento de língua de sinais usado experimentalmente por um indivíduo não é equivalente a um

que uma instituição apresenta como substituto de outro meio de acesso à comunicação. A mesma tecnologia pode, portanto, transitar entre categorias de risco sem qualquer mudança em seu modelo subjacente, porque o contexto de implementação mudou.

DEFINA O LIMITE ANTES QUE A CONVENIÊNCIA O APAGUE

O registro de compras deve declarar tanto o uso pretendido quanto o uso proibido. Sem o segundo, as organizações criam uma expansão previsível de escopo: uma ferramenta aprovada para uma finalidade limitada torna-se disponível, os funcionários descobrem aplicações adicionais, e o uso institucional gradualmente ultrapassa as evidências sobre as quais a aprovação original se baseava.

2. ANÁLISE DA POPULAÇÃO AFETADA

6. 2. Análise da População Afetada

A aquisição tradicional de tecnologia pergunta quem usará o sistema. A governança de IA também deve perguntar quem será afetado por ele, e essas populações não são necessariamente as mesmas. Um funcionário pode operar um sistema de IA enquanto um paciente, estudante, candidato, residente, cliente ou beneficiário de assistência experimenta suas consequências. Pessoas com deficiência podem ser especialmente difíceis de identificar por meio da análise convencional de usuários, porque a deficiência frequentemente altera o caminho por meio de um sistema, em vez da categoria nominal de usuário.

The procurement record should therefore identify foreseeable accessibility interactions. Does the system process speech? Does it generate or interpret language? Does it depend on vision, hearing, dexterity, cognition, timing, biometric characteristics, or a particular mode of communication? Does it infer intent or competence from behavior that disability may affect? Does an inaccessible output alter a person′s ability to participate in a subsequent decision? These questions convert accessibility from a compliance artifact into a system-risk inquiry.

3. O REGISTRO DAS ALEGAÇÕES DO FORNECEDOR

7. 3. O Registro das Alegações do Fornecedor

Every consequential vendor claim relied upon during procurement should have an evidentiary status. Not every claim requires independent testing, but institutions should distinguish among at least three categories. A capability is claimed when the vendor states that it exists. It is demonstrated when evidence shows that it has been observed under specified conditions. It is established for deployment when evidence reasonably supports reliance on it in the institution's intended context. Those categories are not interchangeable.

Uma demonstração pode estabelecer que um sistema é capaz de produzir uma saída. Não estabelece necessariamente com que confiabilidade ele produz essa saída em diferentes populações, ambientes ou casos de uso relevantes. Da mesma forma, a documentação pode estabelecer o que um fornecedor representa sobre seu sistema. Não pode estabelecer independentemente que a representação está correta. O processo de compras deve preservar essa distinção. Caso contrário, afirmações gradualmente se tornam constatações simplesmente por terem sido repetidas em documentos suficientes.

> **Estabelecida para implementação**
>
> A vendor claim status meaning evidence reasonably supports reliance on the capability in the institution's actual, intended context, not merely that the capability has been observed under demonstration conditions.

4. GARANTIA INDEPENDENTE

8. 4. Garantia Independente

As evidências fornecidas pelos fornecedores desempenham um papel legítimo na contratação. Os fornecedores conhecem os seus sistemas melhor do que os compradores e deve-se esperar que divulguem testes, arquitetura, limitações, condições de falha conhecidas e evidências de desempenho relevantes. Mas a relação comercial importa. A parte que busca o contrato não deve ser a única parte a determinar se as evidências são suficientes para concedê-lo.

Independent assurance does not mean recreating the vendor's engineering program. It means testing the claims that matter to the purchasing decision under conditions capable of dispro-

ving them. For accessibility-related AI, this may require evaluation involving people with the relevant disability and, where linguistic access is involved, qualified members of the language community. The objective is not ceremonial participation. It is evidentiary authority. The people capable of identifying a consequential failure must have a mechanism for causing that failure to affect the procurement decision. Otherwise, participation exists without governance.

5. FALHA E ARQUITETURA DE CONTINGÊNCIA

9. 5. Falha e Arquitetura de Contingência

Every AI procurement should contain a written answer to a single question: what happens when the system does not work? "Human in the loop" is not an adequate answer. The record should identify the human, the trigger, the authority, the response time, and the alternative pathway available to the affected person.

Para usuários com deficiência, a própria contingência também deve ser acessível. Um sistema de comunicação por IA que falha e direciona uma pessoa Surda a fazer uma ligação telefônica não produziu uma contingência. Um processo digital automatizado que se torna inacessível e exige que um usuário cego conclua a mesma interface inacessível não transferiu a pessoa para supervisão humana de forma significativa.

6. LIMITES DE DESEMPENHO E INCERTEZAS CONHECIDAS

10. 6. Limites de Desempenho e Incertezas Conhecidas

> Uma contingência só é uma salvaguarda se a pessoa que dela precisa puder realmente utilizá-la.
>
> Heather Grizzle

Os documentos de contratação tendem a registrar o que os produtos conseguem fazer. Os registros de governança também precisam declarar onde a confiança termina. O desempenho da IA é condicional. Pode variar conforme idioma, dialeto, sotaque, estilo de sinalização, iluminação, posição da câmera, deficiência, dispositivo, ambiente, terminologia de domínio, duração da interação, características demográficas, ou inúmeras outras variáveis. As instituições devem exigir

que os fornecedores divulguem os limites de desempenho conhecidos e devem documentar separadamente as áreas que não foram avaliadas.

Essa distinção importa. “Não avaliado” não é a mesma constatação que “falhou”, mas também não é a mesma constatação que “seguro”. A incerteza não é um defeito na contratação se for reconhecida e governada. A incerteza não documentada, sim.

7. REGISTRO, RASTREABILIDADE E RECONSTRUÇÃO

11. 7. Registro, Rastreabilidade e Reconstrução

Quando uma interação mediada por IA causa dano, a instituição deve ser capaz de reconstruir o que aconteceu, e isso exige decisões sobre o registro de dados antes da implantação. Qual versão do sistema estava em operação? Quais entradas foram recebidas? Qual saída foi gerada? A saída foi modificada? Um humano a revisou? Que informação esse revisor viu? Que ação se seguiu? A instituição consegue reproduzir o evento sem reter dados que nunca deveriam ter sido retidos em primeiro lugar?

Rastreabilidade e privacidade podem criar exigências legitimamente conflitantes. Esse conflito deve ser resolvido por meio do design do sistema e da governança, em vez de ser descoberto durante um litígio, uma reclamação de acessibilidade ou uma investigação interna. O arquivo de contratação deve documentar a resolução.

8. RECLAMAÇÃO, CONTESTABILIDADE E REPARAÇÃO

12. 8. Reclamação, Contestabilidade e Reparação

Uma pessoa afetada pela IA precisa de mais do que um mecanismo para relatar um problema técnico. Ela pode precisar contestar o que a instituição fez por causa do sistema, e isso é uma função diferente. Se um sistema de IA traduz incorretamente uma comunicação, caracteriza o comportamento de forma errada, produz informação inacessível, gera uma inferência falsa ou contribui para uma ação institucional adversa, a pessoa afetada precisa de um caminho para contestar a decisão resultante.

A instituição deve saber antes da implantação quem recebe a contestação, quem a investiga, quais evidências são preservadas, se a saída de IA contestada permanece em vigor durante a revisão, quais reparações estão disponíveis e com que rapidez a instituição deve responder.

> **UM FORMULÁRIO DE FEEDBACK NÃO É UM MECANISMO DE REPARAÇÃO**
>
> A reparação exige um destinatário identificado, um processo de investigação, evidências preservadas, uma decisão sobre se a saída contestada permanece ativa durante a revisão, reparações definidas e um prazo de resposta.

9. ALTERAÇÃO DO MODELO E REVALIDAÇÃO

13. 9. Alteração do Modelo e Revalidação

A contratação de IA cria um problema que os contratos de software tradicionais não foram concebidos para lidar particularmente bem: o produto que foi avaliado pode não permanecer o produto que é implantado. Os modelos são atualizados. As salvaguardas mudam. Os dados de treinamento mudam. As interfaces mudam. As dependências de terceiros mudam. Os fornecedores substituem os modelos subjacentes. O desempenho pode melhorar em um domínio e piorar em outro sem que a instituição compradora inicie qualquer alteração por si mesma.

O arquivo de contratação precisa, portanto, de uma regra de controle de mudanças. A questão relevante não é se o fornecedor tem permissão para atualizar o seu produto. É quais alterações invalidam as evidências nas quais a instituição se baseou. Os contratos devem identificar alterações materiais que exijam notificação, reavaliação, novos testes de aceitação ou aprovação antes do uso continuado em contextos especificados. Caso contrário, uma instituição pode realizar uma garantia rigorosa no momento da aquisição e, ainda assim, encontrar-se governando um sistema materialmente diferente seis meses depois, usando evidências produzidas para o sistema anterior.

10. AUTORIDADE DE SUSPENSÃO E SAÍDA

14. 10. Autoridade de Suspensão e Saída

Governança sem autoridade para interromper é meramente consultiva. Alguém dentro da instituição deve ter autoridade para restringir, suspender ou encerrar uma implantação de IA quando as evidências já não sustentarem o seu uso, e as condições desencadeadoras não deveriam precisar ser inventadas durante uma crise.

☐ Falhas repetidas de acessibilidade

☐ Alterações materiais não divulgadas no modelo

☐ Perda da supervisão humana exigida

☐ Divergência significativa em relação ao desempenho validado

☐ Reclamações não resolvidas

☐ Novas evidências de dano específico a determinada população

☐ Falha em fornecer informações exigidas contratualmente

☐ Expansão além do caso de uso aprovado

O registro de contratação deve identificar tanto os gatilhos quanto a autoridade decisória.

Deve também abordar a saída. Quem detém ou recebe os dados institucionais quando a relação termina? Quais registros devem ser retidos? O que deve ser excluído? Como a instituição restabelece o caminho de serviço anterior? O que acontece com as pessoas que passaram a depender do processo mediado por IA? O planejamento de saída não é apenas gestão de fornecedores. É planejamento de continuidade de acesso.

DA POLÍTICA DE IA À EVIDÊNCIA INSTITUCIONAL

15. Da Política de IA à Evidência Institucional

O desafio emergente para a governança da IA não é a escassez de princípios. É a tradução. A equidade precisa tornar-se um critério de avaliação. A transparência precisa tornar-se um requisito de divulgação. A supervisão humana precisa tornar-se uma autoridade designada. A acessibilidade precisa tornar-se uma condição de implantação. A responsabilização precisa tornar-se um órgão nomeado e uma reparação documentada. O monitoramento precisa tor-

nar-se um gatilho para ação. E a IA responsável eventualmente precisa tornar-se algo que um responsável pela contratação possa arquivar.

This is particularly important in public institutions because procurement is where abstract institutional commitments encounter money, contracts, vendors, statutory duties, and people who cannot simply choose another government, school, hospital, court, or public service when the technology does not work for them. The procurement file therefore performs a function much larger than recordkeeping. It establishes the institution′s theory of acceptable risk.

POSIÇÃO POLÍTICA DA NCG

16. Posição Política da NCG

Novara Consulting Group holds that AI systems affecting disabled people should not be approved solely because they have satisfied an organization′s general AI governance process. The procurement record should contain sufficient evidence to reconstruct and defend the specific deployment decision.

NO MÍNIMO, O REGISTRO DEVE ESTABELECER

- Os usos pretendidos e proibidos do sistema
- As populações previsivelmente afetadas
- O estatuto probatório das alegações consequentes do fornecedor
- A base para garantia independente quando justificada
- Condições de falha conhecidas e condições não testadas
- Alternativas acessíveis e vias de revisão humana
- Requisitos de registo e rastreabilidade
- Procedimentos de reclamação, contestação e reparação
- Fatores desencadeadores de alteração material e revalidação
- Autoridade institucional para restringir, suspender ou terminar a implementação

O padrão não é conhecimento perfeito. Nenhum processo de aquisição pode eliminar a incerteza. O padrão é a incerteza governada: saber o que foi estabelecido, o que não foi, que evidência justificou avançar mesmo assim, e quem assume a responsabilidade pela decisão.

POSIÇÃO FINAL

17. Posição Final

Após uma falha de IA, as instituições frequentemente perguntam se o fornecedor deveria ter avisado. Por vezes a resposta será sim. Mas a responsabilização pública exige outra pergunta: que evidência exigiu a instituição antes de concordar em avançar? Essa pergunta não pode ser delegada. O fornecedor pode fornecer evidência. Um avaliador pode avaliá-la. Um comité pode aconselhar. As partes interessadas com deficiência podem identificar falhas que outros não conseguem ver. Os advogados podem negociar a distribuição do risco contratual. A instituição continua a tomar a decisão, e o seu registo de aquisição deve provar que sabia que decisão estava a tomar.

> Um sistema de IA não é governado porque uma organização tem uma política de IA. É governado quando a instituição consegue demonstrar por que razão este sistema, para este propósito, afetando estas pessoas, nestas condições, foi autorizado a funcionar.
>
> Heather Grizzle

É no processo de aquisição que essa responsabilização começa.

TIPS

Know something about a sign language AI system that the public should know? Send it to tips@novaracg.com. Every tip is read by me and kept confidential. If you work in the UK, writing to us is not by itself a protected disclosure under the Public Interest Disclosure Act 1998, so before you share employer information, check your options with Protect (protect-advice.org.uk), the free whistleblowing advice line.

18. Como citar

Grizzle, H. M. (2026, August 30). O Processo de Compras É o Sistema de Governança. Novara Consulting Group. https://doi.org/10.5281/zenodo.23003317